



4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 112ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 25 DE OUTUBRO DE 1978

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Domício Scaramella, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Ivan Rüppel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Quielise Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulín, Augusto Carneiro, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Nelson Buffara e Renato Bernardi (19); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Accioly Neto, Adalberto Daros, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Luiz Alberto Oliveira, Manoel Gaona, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Muggiati Filho e Wilson Fortes (35).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o n.º 45/78, do Senhor José Albuquerque de Melo, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo - PR., no qual encaminha cópia do requerimento aprovado por aquela Casa, em sessão plenária do dia 18 do mês próximo passado, solicitando seja incluído nas Instruções Normativas sobre as Declarações de Rendimento (Imposto de Renda) a obrigatoriedade de o contribuinte ou declarante anexar uma "Certidão Negativa" de tributos Municipais do domicílio onde está situado o imóvel. Outrossim, solicita aos Senhores Parlamentares, o empenho possível na concretização deste ideal, que sem dúvida nenhuma virá em benefício das próprias municipalidades. — Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em data de 09 do corrente, em lamentável acidente automobilístico, do Senhor VALDOMIRO RODRIGUES DE CARVALHO.

Pai de família exemplar, funcionário da Secretaria de Saúde, onde exercia com zelo e abnegação o cargo de motorista, tendo grangeado a simpatia e admiração de seus colegas.

Requer, outrossim, seja enviada cópia do inteiro teor do presente, à família enlutada, na pessoa de sua viúva, Senhora

Guiomar da Silva Carvalho, à Rua Mateus Leme, n.º 556, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com respaldo do Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora EWA STANISLAWA RADOTA, Dona Anastácia, ocorrido no dia 14 do corrente, nesta Capital.

A extinta, natural da Polônia, ainda jovem veio para o Brasil, onde devotou toda a sua vida ao trabalho e à causa de servir os menos afortunados. Ao amplo círculo de suas amizades deixou o exemplo de amor ao Brasil, devotamento ao trabalho e ao cultivo da maior das virtudes que é a amizade.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa seja dada ciência ao seu filho Walder Radota, ao seu sócio Miguel Dicalo e à Sociedade União Juventus, à Rua Carlos de Carvalho, 575, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com respaldo do Plenário, requer a inserção em ata dos trabalhos desta Casa, de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor SEVERINO MASSIGNAN, ocorrido em data de hoje, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da deliberação desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à rua Dr. Cruz Machado, n.º 433 - União da Vitória - PR.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) Luiz Roberto Soares

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor SEVERINO MASSIGNAN, ocorrido nesta Capital, onde se encontrava para tratamento de saúde.

Tal passamento vem de consternar a sociedade de União da Vitória, onde era industrial e comerciante. O extinto possuía largo círculo de amizades conquistado através de sua marcante personalidade.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, residente à Rua Cruz Machado, 433, em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) Domício Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata, nos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo infausto passamento do Senhor ACCÁCIO PEDROSO,

ocorrido sexta-feira última, nesta Capital.

Requer ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência aos filhos do pranteado e inesquecível extinto, Professora Ruth Sotto Maior Pedroso, Dr. Inácio Reuter Sotto Maior Pedroso, Promotor Público da Comarca de Paranaguá, Desembargador Luiz Renato Pedroso e Dr. Crisóstomo Roberto Sotto Maior Pedroso.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) Ivan Rüppel

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Accácio Pedroso, exemplo de dignidade, honestidade e sabedoria, foi um lutador que dedicou toda a sua laboriosa existência em benefício da coletividade de Foz do Iguaçu e de todo Oeste do Paraná, tendo sido um dos pioneiros da hoje florescente cidade de Foz do Iguaçu. Foi também integrante do magistério naquela região e comerciante, homem dedicado à filantropia, sempre voltado para o bem comum. Seu falecimento enlutou não só aos seus familiares, mas também a todos aqueles que tiveram o privilégio de sua feliz convivência e puderam pessoalmente aquilatar seus dotes de coração e de espírito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, requer na forma regimental, com a devida aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor EDUARDO CHACAROSKI, ocorrido na cidade de União da Vitória.

O extinto era comerciante naquela cidade e, pessoal de grande amizade e o seu passamento causou profunda consternação na comunidade.

Requer, que deste ato seja participado à família enlutada à Rua Benjamin Constant - 739, em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) Domício Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer com a aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. LADISLAU SCHICORSKI, ocorrido em Curitiba.

O extinto pertencia a tradicional família, exercia o cargo de Delegado da Receita Estadual e suplente de Deputado, e seu passamento causou profunda consternação em nossa comunidade.

Requer ainda, que do presente pronunciamento, se dê ciência à família enlutada, à rua Presidente R. Otávio, n.º 1755, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) Domício Scaramella

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à Escola Tia Paula, desta Capital.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) Luiz Alberto Oliveira

JUSTIFICATIVA:

A Escola fundada com a finalidade de prestar assistência à criança desamparada, filhos de famílias pobres, principalmente de empregadas domésticas, a Creche Anna Messias, da Escola Tia Paula, abriga atualmente 274 crianças, mantidas gratuitamente pela Associação Feminina de Proteção à Maternidade e à Infân-

cia, com idade que vai de dois meses a 10 anos. Possui também 400 alunos que estudam no 1.º grau, pagando mensalidades e que são considerados sócios da AFPMI.

Até 1972, existia apenas a Creche Anna Messias e a Escola Tia Paula, que amparavam a criança pobre.

A partir de 1973 com a Reforma de Ensino, em que o primeiro grau englobou o ginásio, passou a denominar-se Escola Tia Paula, ampliando o ensino até a oitava série, ficando subordinado à Secretaria da Educação e Cultura, através de convênio de Amparo Técnico.

A Escola Tia Paula existe porque existe uma criatura de grande dimensão humana, a Senhora Paula P. do Amaral, essa senhora, Senhores Deputados, desde os seus tenros anos, até a presente data vem executando com constância e desprendimento, magnífico trabalho de assistência à criança desamparada e às mães pobres, sua vida é uma lição de amor, seu trabalho é distribuir solidariedade humana, sua dedicação aos mais pobres é um exemplo de caridade cristã.

Requeiro, ainda que após a aprovação do presente, se dê ciência do inteiro teor do presente à Escola Tia Paula, no endereço: Avenida Iguaçu, nº 2815 - nesta Capital.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado um voto de regozijo, em razão de comemorar-se nesta data, o "DIA DO MÉDICO", profissão identificada como "segundo sacerdócio", em razão da dedicação e sacrifício que exige diuturnamente daqueles que decidiram abraçá-la, daí solicitarmos sejam transmitidos nossos votos de solidariedade e apreço àquela sofrida classe, através de ofícios encaminhados aos Il.ºs Srs. Dr. JOSÉ CARLOS ROSS, DD. Presidente do Conselho Regional de Medicina; Dr. FARID SABBAG, DD. Presidente do Sindicato dos Médicos do Paraná, e Dr. LUIZ FERNANDO BELTRÃO, DD. Presidente da Associação Médica do Paraná.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino

JUSTIFICATIVA:

Na data em que se comemora o "Dia do Médico", aquela laboriosa classe, como é do conhecimento geral, enfrenta inúmeros problemas.

O exercício da profissão exige dedicação integral, e, conseqüentemente, total sacrifício.

Embora haja legislação regulamentando o exercício da profissão, não raro os médicos estão sendo desmoralizados com o pagamento de aviltantes salários e condições insatisfatórias para o trabalho.

Buscando o bem-estar do povo, o médico faz por merecer semelhante tratamento àquele que desinteressadamente dispensa ao próximo.

As autoridades brasileiras, nesta data significativa, devem pensar na solução de vários problemas que dificultam o exercício dessa nobilitante profissão, tais como: aperfeiçoamento do ensino, incentivos para dotar o interior de médicos, oferecimento de melhores condições para o trabalho, inclusive no que diz respeito à remuneração e tantas outras justas reivindicações que estão sendo pleiteadas neste momento.

Assim, associamo-nos às saudações de esperança e de apoio que lhes são dirigidas pelas entidades representativas da classe, almejando que realmente possam alcançar, em breve, horizontes mais claros no exercício da profissão, sem pressões e discriminações que possam impedir a defesa de seus justos interesses de ordem moral, econômica e social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Casa, um voto de aplausos ao escritor e historiador guarapuavano HEITOR FRANCISCO IZIDORO, pela sua mais recente obra "GUARAPUAVA: DAS SESMARIAS A ITAIPU".

Trata-se, sem dúvida, de um trabalho dos mais notáveis que bem retrata a inteligência e profundo apelo do seu autor à Cidade para a qual tem emprestado toda a sua dedicação e trabalho, inteiramente voltados para o seu engrandecimento.

Presta, o autor, acima de tudo, uma inestimável contribuição para a cultura paranaense, por aquilo que a referida obra encerra, como material de estudos sócio-econômico da região centro-oeste.

Na oportunidade deseja ofertar dois exemplares às Bibliotecas da Assembléia Legislativa e Pública do Paraná, respectivamente, como oportunidade para conhecimento público.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores DOUTOR EURO BRANDÃO, digníssimo Ministro da Educação e da Cultura, DOUTOR LAFAYETTE DE AZEVEDO PONDE, digníssimo Presidente do Conselho Federal de Educação, solicitando o imediato reconhecimento do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras TUIUTI, desta capital.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) Lázaro Dumont.

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal n.º 5692, nos seus fundamentais objetivos, propõe-se a proporcionar ao educando os meios necessários e eficazes integral de sua personalidade como forma de propiciar-lhe afetiva auto-realização. E, decorridos vários anos de sua implantação, entre debate-se o próprio Conselho Federal de Educação, bem assim como o Ministério da Educação e da Cultura, através de múltiplos expedientes, pareceres e normas, na busca de dar àqueles propósitos, consistência e eficácia. Agora mesmo, vive a comunidade paranaense um dos seus mais sérios problemas no que diz respeito à formação de educandos de terceiro grau.

Autorizada que foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Tuiuti, a organizar e implantar o curso de Licenciatura em Psicologia, com currículo dirigido à formação de Psicologia, permitiu o Conselho Federal de Educação, que se formassem, já mais de 200 (duzentos) estudantes em Licenciatura em Psicologia, sem qualquer possibilidade de mercado de trabalho, sem que dê trâmite final ao processo de autorização de funcionamento do curso de Formação de Psicologia, com Protocolo sob n.º 473 do CFE.

Assim posto que todo esse contingente de estudantes, em Licenciatura em Psicologia, encontram-se sem possibilidades de profissionalização, no aguardo de sua formação de Psicólogo.

E como outras turmas estejam a caminho de idêntico processo, gerando grave problema social, apelamos encarecidamente, ao alto espírito de compreensão do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação e da Cultura, bem como do Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Federal de Educação, no sentido do mais rápido reconhecimento do referido Curso, evitando com isto que tal situação não perca por mais tempo, impedindo que os alunos formados em Li-

cenciatura de Psicologia, tenham seus projetos de vida significativamente prejudicados.

Desta maneira, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o requerimento que ora encaminhamos, com as reivindicações acima citadas, vem de encontro aos anseios não somente daqueles que se Licenciaram em Psicologia, mas também daqueles que integram este curso, e de todo o Corpo Discente daquela Faculdade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, que encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, DIRCEU NOGUEIRA, no sentido de que autorize a construção da terceira faixa nas rampas da BR-476, trecho São Mateus do Sul-Curitiba, tendo em vista o grande fluxo de veículos com a abertura da rodovia BR-280 que liga o Sudoeste do Estado.

A construção dessas faixas evitará a possibilidade de acidentes pelo trânsito normal dos pesados caminhões.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) Domicio Scaramella.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo seja urgenciada a instalação de telefones nas Escrivânias do Cível localizadas no Edifício MONTEPAR, sito à Avenida Cândido de Abreu, bem como ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil—OAB, Seção do Paraná, sugerindo-lhe seja reivindicada a imediata colocação de mais elevadores para atender o grande fluxo de pessoas que se verifica diariamente naquele edifício.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Com o objetivo de atender a crescente demanda judicial que se verifica nesta Comarca, a cúpula administrativa do Egrégio Tribunal de Justiça, em cumprimento às determinações contidas no novo Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, houve por bem alugar parte do Edifício "MONTEPAR", para ali instalar as Varas Cíveis de Curitiba.

Por motivos ignorados, até o presente momento ainda não foi procedida a mudança dos telefones (PABX) anteriormente instalados nos mencionados Cartórios Cíveis, o que viria facilitar sobremaneira a comunicação dos interessados nos feitos que por ali tramitam.

Por outro lado, tratando-se de prédio novo, somente estão funcionando dois elevadores, de média capacidade, enquanto que o prédio do Palácio da Justiça, onde essas Varas funcionavam anteriormente, é provido de mais do que o dobro de elevadores de grande porte.

Esse fato dificulta sobremaneira o acesso das partes, cartórios, advogados e dos próprios Juízes de Direito, titulares das Varas ali instaladas, os quais se vêem obrigados a enfrentar uma enorme fila, inclusive causando sérios embaraços para o ideal desenvolvimento dos trabalhos judiciais.

As reclamações são constantes e não menos embaraçosas se tornam a realização de audiências e demais atos processuais nas horas aprazadas, cujas justificativas de atraso por todos os profissionais que ali labutam, inclusive Magistrados, são sobejamente conhecidas.

As reivindicações de que sejam instaladas as novas linhas telefônicas, bem como o funcionamento de mais elevadores, ainda que isso dependa de medidas a serem tomadas pela própria

locadora do prédio, não são impossíveis de serem efetivadas, bastando para isso um pouco de espírito de compreensão e de colaboração à Justiça de nosso Estado.

Para isso, apelamos à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, para que leve esta campanha avante, até tonar-se, finalmente, vitoriosa, pois, não resta dúvida de que é meritória e que, não tendo sido por nós iniciada, é digna de que a ela se integrem todos os paranaenses interessados no bom desenvolvimento dos trabalhos da Justiça.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido do douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores JAYME CANET JÚNIOR, DD. Governador do Estado e Doutor GASTÃO DE ABREU PIRES, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, solicitando o pagamento de 13.º salário aos Servidores Públicos do Estado do Paraná, ou seja GRATIFICAÇÃO DE NATAL.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1.978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

O 13.º vencimento para servidores públicos já foi implantado no Estado de São Paulo, devendo ser pago, proporcionalmente, com os vencimentos dos meses de julho a dezembro, ainda em 1.978.

Por outro lado, fontes fidedignas afirmam que o 13.º salário do Servidor Público da União deverá ser instituído também no corrente ano, possivelmente no "Dia do Funcionário Público".

Por que o Paraná não toma idêntica iniciativa?

— Afinal, ao que nos parece, uma Gratificação de Natal ainda que mandada pagar proporcionalmente, como ocorreu em São Paulo, seria o mínimo que o Governo poderia oferecer a seus sacrificados servidores neste final de ano.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, seja encaminhado pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura, indagando se as recentes aquisições de ônibus destinada aos Municípios têm como objetivo precípuo o atendimento de escolares, ou poderão ser utilizados pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), através de seus cabos eleitorais do interior, em suas campanhas políticas.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1.978.

(a) Domício Scaramella.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, sejam solicitadas informações ao Excelentíssimo Senhor Jayme Canet Júnior, DD. Governador do Estado do Paraná, sobre a participação do Banco do Estado do Paraná, no capital da Paraná — Companhia de Seguros Germano-Brasileira, noticiado pela Gazeta do Povo, do dia 11/10/78, na oportunidade da visita de seguradores alemães ao Paraná.

Em caso concreto, qual o amparo legislativo para essa associação, montante da participação e as vantagens em termos econômicos para o Estado, desde que há um desvio de recursos para um setor que não é fundamental ao desenvolvimento e, além do mais, competitivo à iniciativa privada nacional.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1.978.

(a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Ariel Ferreira e Silva, digníssimo Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, reiterando sugestão de que seja reestudada a atual situação dos Oficiais de Justiça das Varas Criminais do Estado, cuja remuneração é inferior a de seus colegas que labutam nas Varas Cíveis.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1.978.

(a) Luiz Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

— Há mais de uma década, o problema da remuneração dos Oficiais de Justiça, vem merecendo a atenção de nossas autoridades, dada as peculiaridades que apresenta.

É sabido que os servidores que labutam nos Cartórios Criminais, procedem quase todas as diligências gratuitamente, inclusive, às vezes, colocando em risco a própria vida.

Embora correndo quase os mesmos riscos, os Oficiais de Justiça das Varas Cíveis, além de seus vencimentos, são aquinhoados com as custas devidas pelas diligências que lhes são atribuídas.

Para sanar essa disparidade, o Tribunal de Justiça, em 1978, elaborou anteprojeto de lei, cujo texto, posteriormente transformado na Lei n.º 5.848 de 20 de setembro de 1968, publicada no Diário Oficial n.º 171, daquele ano, estabelecia, em seu art. 3.º, §§ 3.º, 4.º e 5.º, que os Oficiais de Justiça das Varas Cíveis teriam vencimentos menores do que aqueles previstos para os das Varas Criminais.

Assim, em nossa Capital, aqueles que atendessem o cível perceberiam vencimentos do nível 13, enquanto que os demais teriam os vencimentos do nível 20.

Essa aparente disparidade, movimentou a classe, principalmente os Oficiais de Justiça lotados nas Varas Cíveis, a qual, condignamente representada pela sua Associação, conseguiu sensibilizar as autoridades estaduais, resultando daí a nova reclassificação estabelecida pela Lei n.º 6.592, de 15 de agosto de 1974, a qual, em sua Tabela II, ainda em vigor, equiparou todos os Oficiais de Justiça da Capital no nível 22, os de Entrância Intermediária no nível 19 e os de Entrância Inicial no nível 16.

Todavia, em que pese o aparente benefício resultante a todos os interessados, ressurgiu o problema da gritante diferença das custas recebidas em Cartórios Cíveis e Criminais.

Evidentemente não se procura criar um círculo vicioso, com a finalidade de se estabelecer vencimentos diferentes, tornar a equipará-los, etc., etc...

O que se procura, é chamar a atenção da cúpula do Poder Judiciário, para que se possa encontrar a solução ideal para esse problema.

Sugerimos, entre outras medidas cabíveis, a concessão de uma das gratificações previstas em nosso Estatuto dos Funcionários Públicos (Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970), para minimizar a situação dos Oficiais de Justiça das Varas Criminais, os quais, desde a data da admissão até a da aposentadoria não tem a menor perspectiva de progresso funcional.

Outra solução, de ordem administrativa, seria a distribuição equitativa de processos, mas, cujo critério de adoção, reconhecemos, competiria exclusivamente à administração da Justiça do Paraná, que conhece a peculiaridade das funções executadas por aqueles que auxiliam em seus serviços, a qual poderia, entendendo convenientes, tomar as medidas que entender mais acertadas, sem ferir direitos de ninguém.

Com a presente exposição de motivos, desde que se trata de problema verificado em outro Poder, cuja independência sempre reconhecemos, pretendemos apenas levá-lo ao

conhecimento de sua cúpula administrativa, bem como solicitar de nossos pares, com a aprovação deste requerimento, a solidariedade desta Casa naquilo que se fizer necessário para que possamos auxiliar para a sua definitiva solução, tendo em vista que esta poderá ser a constituição, através de Projeto de Lei, de uma carreira, proporcionando a progressão funcional de todos os Oficiais de Justiça do Estado, ao lado de outras medidas resultantes dos estudos ora solicitados.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 179/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a “SOCIEDADE ESPÍRITA IR. CLÓVIS JUNQUEIRA”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 1978.

(a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços no setor da filantropia e da assistência social junto à comunidade de nossa Capital.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação pertinente à matéria.

Com isso esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 180/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o “CENTRO SOCIAL DE BUTIATUVINHA”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto à comunidade de Santa Felicidade, no setor da assistência social.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação pertinente à matéria.

Com isso esperamos contar com a aprovação e o apoio dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 178/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o ALBERGUE NOTURNO SANTA LUIZA DE MARILLAC, com sede à Rua Fernão Dias, 840, na cidade de Maringá-Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 25 de outubro de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

O ALBERGUE NOTURNO SANTA LUIZA DE MARILLAC, com sede na cidade de Maringá, à Rua Fernão Dias, 840, constitui uma sociedade sem fins lucrativos, tendo como objetivo, prestar assistência médica-social aos desamparados, moradia e mobiliário, alimentação e agasalho. No campo da cultura, contribui com a difusão da educação moral e cívica elementares,

bem como o ensino religioso, tanto para adultos como para crianças.

Realiza, na medida do possível, e meios ao seu alcance outras obras de assistência ou educativas, compatíveis com as finalidades médica-social supra referidas.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A invasão de terras pertencentes ao Estado e a posseiros com mais de 30 anos de atividade, no Município de Guaraqueçaba, que tenho a honra de representar, acaba de ser motivo de denúncias por parte do Prefeito Thomé Gabriel Sobrinho, e uma comitiva que recentemente esteve em Curitiba. Usando de violência e coação, conforme descreveram os representantes daquela municipalidade, reflorestadores paulistas e paranaenses assumem o controle de vastas áreas, para efetuar o plantio de espécies nem sempre recomendáveis à preservação ambiental. E o que é mais grave, procuram ludibriar o Poder Público plantando sementes de palmito já deterioradas, em plena praia, a fim de mais auferir rendimentos através de incentivos fiscais.

As dificuldades dessa ordem naquela faixa litorânea paranaense, que forma um dos maiores municípios do Estado, em extensão territorial, são conhecidas há vários anos. Sempre estivemos aqui pedindo providências e gestionamos com diversas autoridades nesse sentido. Felizmente a Secretaria de Segurança Pública procedeu há algum tempo, uma batida policial em Guaraqueçaba, da qual resultou grande quantidade de armas apreendidas. Sim, eram armas de grande alcance, usadas pelos “invasores” para amedrontar os pobres rurícolas que ali trabalham a terra com honestidade. Já é o momento de se proceder nova investida semelhante, a fim de evitar derramamento de sangue ou conflitos entristecedores.

Posso acrescentar que o que se faz em Guaraqueçaba hoje é um verdadeiro ato de “grilagem”, merecedor de energias providências saneadoras. Tais medidas, acompanhadas do exercício do poder da polícia, carecem de ser urgentes. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), deve assumir o controle da situação, impedindo os abusos enquanto paralelamente o Instituto de Terras e Cartografia, deverá proceder com mais pressa a definição dos direitos de posse de cada um.

O espírito de discernimento das autoridades responsáveis aliado à decisiva participação do Governador Jayme Canet Júnior, creio que serão ítems imprescindíveis para que se possa restabelecer a ordem na ocupação de terras em Guaraqueçaba. Essa é uma esperança constante que alimenta o laborioso povo daquela comunidade litorânea, preocupado em trabalhar pelo desenvolvimento. A oficialização das posses àqueles que por muitos anos já dominam áreas cultiváveis, nada mais é do que uma atitude de justiça a ser praticada, sem qualquer retardamento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Antes do Sr. 1º Secretário proceder à chamada nominal, eu quero comunicar... pela ordem Sr. Deputado, concedo a palavra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Estou inscrito, Sr. Presidente, para falar no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Mas foi pedido pelo Deputado... se enganou.

Eu quero, antes de continuar os trabalhos, comunicar os Srs. Deputados líderes das bancadas da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro, para indicarem os seus respectivos representantes da bancada, na Comissão Especial que opinará na proposta à Emenda da Constituição do Paraná, Proposição 411/78, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino e Ivo Thomazoni.

O Deputado Erondy Silvério vai me desculpar, mas tenho que atender o pedido do Deputado Lineu Turra, que, em questão de ordem, pediu a chamada nominal.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem.

(Assentimento).

Eu peço a V. Ex.^a que faça a chamada após o Deputado Erondy Silvério usar da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — A Presidência defere.

Com a palavra, o Deputado Erondy Silvério, no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, inicialmente, quero agradecer a gentileza e a compreensão do nobre Deputado Lineu Turra, porque hoje eu trago um assunto que a muitos pode não parecer importante, mas aqueles que labutam na bacia leiteira de Londrina, por certo, acharão importante a intervenção deste Poder nas anormalidades que lá estão ocorrendo.

(Lê): “Pela importância que tem o abastecimento de leite para o bem-estar da população, é este produto tratado de forma diferenciada pelas autoridades do governo.

Sua essencialidade, faz do leite o que alguns costumam chamar “um produto político”, isto é, alvo de tabelamentos especiais, vigilância na comercialização, estímulos na produção.

Assim mesmo, mostram as estatísticas que o povo brasileiro, mesmo o sulino, de melhor poder aquisitivo, consome quantidades ínfimas de leite “in natura”. O que é lamentável, visto que o consumo do leite é considerado padrão de avaliação bastante fiel da sanidade de uma população, como alimento completo que é.

Temos, em relação ao consumo do leite, um lamentável círculo vicioso. Consome-se pouco porque o produto é caro para o consumidor; produz-se pouco porque os preços tabelados não estimulam ao produtor.

A solução para o barateamento do leite seria o aumento da produtividade, permitindo a manutenção do preço a nível acessível ao consumidor e remunerando melhor ao produtor.

Mas o Brasil ainda está longe desse objetivo. Um criador brasileiro ordena em média, de um a três litros por animal; nos países platinos, esta média vai de 8 a 10 litros por animal, graças à criação de raças apuradas, qualidade de pastagens e manuseio tecnicamente apropriado.

Deveria ser empenho deste País, portanto, estimular os produtores de leite a se aprimorarem no sentido da produtividade, para que participem de uma atividade em expansão e ofereçam ao consumo leite e laticínios a preços acessíveis a todas as camadas sociais.

Mas não é o que vemos. E este preâmbulo serve para consolidar uma denúncia que está sendo levantada pelo prefeito de Arapongas e presidente da Associação de Municípios do Vale do Paranapanema, Senhor Antônio Grassano Júnior, que acaba de se lançar em defesa dos pecuaristas da bacia leiteira de Londrina, que estão sendo esbulhados e desestimulados pelo truste que industrializa e distribui o leite em toda a região.

Esse grupo monopolista estimulou os criadores a fazer investimentos na compra de matrizes melhores, a aprimorar instalações e métodos de manuseio, garantindo que compraria toda a produção.

Depois que os pecuaristas atenderam a esse estímulo, a essa solicitação, o truste alterou as regras do jogo, impondo o pagamento através de promissórias rurais, emitidas apenas quinze dias após o término do mês da entrega do produto e com vencimento para sessenta dias depois.

Isto quer dizer que o truste — e este truste esteve aqui na Assembléia Legislativa e recebeu todo o apoio desta Casa, naquela oportunidade ninguém aqui nesta Casa imaginava que esta gente iria escravizar os produtores de leite, da Bacia Leiteira de Londrina. Este “truste” gira no mínimo 75 dias com o

dinheiro dos produtores, com agravante de onerar ainda mais o pecuarista, a quem cabe o ônus de desconto bancário e a responsabilidade solidária do aval.

O pecuarista entrega o seu produto, paga juros para receber um prelo sem grande estímulo, e ainda está solidariamente responsável pelo restante dos débitos do grupo industrializador.

Queremos aqui apresentar a nossa solidariedade pela corajosa posição adotada pelo Prefeito Antônio Grassano Júnior, em defesa dos produtores da bacia leiteira de Londrina, esbulhados e desestimulados por um grupo açambarcador.

E junto a ele, levanto o meu protesto.

É necessário que a autoridade pública interessada no abastecimento do leite, tanto assim que dita rígidas tabelas de preços, exerça o seu poder de intervir em defesa do produtor, exatamente quando aqueles pecuaristas se aparelham para elevar a produtividade, objetivo de interesse nacional, vem um grupo como o todo poderoso e dita as regras da comercialização, amparado na força de ser o único comprador.

Existe neste País um conjunto de leis de defesa à economia popular, e é esta em análise final, que está sendo agredida pelo truste do leite do Norte do Paraná.

A lei é para ser cumprida, embora os atravessadores de mercado costumem dizer: a lei, ora a lei”.

Pelo que expus, Sr. Presidente, requeiro no uso das atribuições regimentais que ouvida a Casa, sejam encaminhados expedientes ao Sr. Ministro da Agricultura, à Superintendência Nacional de Abastecimento, à Delegacia Regional da SUNAB no Paraná, solicitando intervenção imediata e severa no mercado do leite no Norte do Paraná, em defesa do produtor e portanto, também, do consumidor, constando desses expedientes, o inteiro teor deste arrazoado.

Finalmente, requer, também, que deste pronunciamento seja dada ciência ao Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Paranapanema e Prefeito Municipal de Arapongas, Senhor Antônio Grassano Júnior, como grande líder que é, deste movimento de protesto contra açambarcadores e de defesa de interesses do povo e em consequência, interesses nacionais.”

Era isto, Sr. Presidente, o que eu tinha a falar.

O SR. LINEU TURRA (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Deferido o requerimento.

Solicito do Sr. Primeiro Secretário, proceda a chamada nominal para constatação de “quorum”.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada).

O SR. PRESIDENTE (Domício Scaramella). — Responderam a chamada nominal, 10 Srs. Deputados.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, quinta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já marcada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

ATAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

8.ª LEGISLATURA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 7.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e oito, após o término da Sessão Plenária, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo e presentes os Senhores Deputados desta Casa, de acordo com a lista de presença e com o que dispõe a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da

reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA: 1) — PROPOSIÇÃO N.º 160/75, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Cruzeiro do Oeste, como especifica. Relator: Deputado Dácio Leonel. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 2) — PROPOSIÇÃO N.º 69/78, do Poder Executivo. Mensagem encaminhando cópia do convênio entre o Governo do Estado e o Município de Piên, para fins que especifica. Relator

Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL, com Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, marcando outra para a próxima quarta-feira. Lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, para que produza os efeitos legais, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Paulo Camargo, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
RITA SOARES BERTOLI — Secretária